

A Transformação da Turquia na Era Erdoğan: Implicações sobre a Segurança Euro-Atlântica

José Pedro Teixeira Fernandes

Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho, Professor Coordenador do IS CET, Investigador do IPRI-Universidade Nova de Lisboa e Investigador Associado do Instituto da Defesa Nacional.

Domingos Rodrigues

Responsável pela Delegação do Porto do Instituto da Defesa Nacional.

Resumo

A Turquia está situada na zona de transição entre a *island of peace* (ilha de paz) europeia e o conturbado Médio Oriente, dilacerado por diversos conflitos. A sua localização no cruzamento do sudeste europeu com o Médio Oriente tem-lhe dado uma continuada importância geopolítica, quer para os norte-americanos, quer para os europeus. A posição pública entre vários Estados aliados, bem como a literatura especializada refletem que estas transformações têm levantado dúvidas sobre o seu comprometimento com a segurança euro-atlântica. O artigo tem por objetivo, em primeiro lugar analisar nos seus traços fundamentais a política externa da Turquia desde o período em que Erdoğan chegou ao poder. Em segundo avaliar em que medida a transformação da Turquia está a afetar o atual sistema de segurança euro-atlântico.

Palavras-chave: Turquia; Erdoğan; Segurança; NATO; União Europeia.

Abstract

Turkey's Transformation in the Erdoğan Era: Implications for Euro-Atlantic Security

Turkey is located in the transition zone between the European island of peace and the troubled Middle East, torn by several conflicts. Its location at the intersection of southeastern Europe with the Middle East has enabled its persisting geopolitical importance, both for the Americans and for the Europeans. The public position among the several allied States, as well as the specialized literature reveal that these transformations have raised doubts about Turkey's commitment to Euro-Atlantic security. The article aims, in the first place, to analyze in its fundamental features the foreign policy of Turkey since the period when Erdoğan came to power. Second, it aims to assess the extent to which Turkey's transformation is affecting the current Euro- Atlantic security system.

Keywords: Turkey; Erdoğan; Security; NATO; European Union.

Artigo recebido: 28.07.2020

Aprovado: 15.08.2020

<https://doi.org/10.47906/ND2020.156.04>

Introdução

A grande transformação do mundo ocorrida nas duas primeiras décadas do século XXI é hoje uma realidade demasiado evidente para qualquer observador das questões internacionais. As mudanças que se operaram, ao nível político, económico, tecnológico e outros, têm inevitáveis repercussões no domínio da segurança e da defesa. Se, a nível global, a ascensão da China a potência mundial de primeira grandeza é a transformação mais óbvia e mais profunda, a nível regional outras mudanças de relevo ocorreram. No contexto europeu, a transformação da Turquia ocorrida nos últimos 20 anos – um Estado que é parte do sistema de segurança euro-atlântico desde os seus primórdios nos anos 1950 – é um aspeto maior. Pela sua posição geográfica, a Turquia está na zona de transição entre a *island of peace* (ilha de paz) europeia e o conturbado Médio Oriente, dilacerado por diversos conflitos sangrentos. A sua localização no cruzamento do Sudeste europeu com o Médio Oriente tem-lhe dado uma continuada importância geopolítica, quer para os norte-americanos, quer para os europeus. Quanto a estes últimos, a Turquia está envolvida num interminável processo de negociações de adesão¹ à União Europeia, desde 2005, sendo improvável a sua adesão futura, pelo menos no horizonte temporal discernível. Ao mesmo tempo, na Turquia do século XXI um político – Recep Tayyip Erdoğan – tornou-se incontornável. Não só está no poder há mais tempo do que o mítico fundador da república, Mustafa Kemal Atatürk, como a Turquia, sob a sua ação política, a nível interno e externo, tem sofrido múltiplas transformações as quais chamam à atenção, mesmo aos não especialistas na área internacional. Em vários Estados aliados, bem como na literatura especializada, as transformações da Turquia têm levantado dúvidas sobre o seu comprometimento com a segurança euro-atlântica. Entre outros, isso é visível nas publicações do professor da Columbia University, em Nova Iorque, David L. Phillips, *An Uncertain Ally: Turkey under Erdoğan's Dictatorship* (2017)² e de Soner Cagaptay do The Washington Institute, *Erdoğan's Dictatorship: Turkey and Politics of the Middle East* (2020)³. Algumas interrogações naturalmente ocorrem, às quais é necessário dar resposta: que impacto estão a ter as transformações ocorridas na Turquia sobre a segurança euro-atlântica? Está mesmo em causa a sua continuidade como membro desse sistema, como as análises mais pessimistas sugerem? E qual a sua real importância geopolítica no atual contexto político e estratégico internacional?

1 Comissão Europeia (2019), “Relações UE-Turquia”, disponível em https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/candidate-countries/turkey/relation/index_pt.html [acedido em 07 de junho de 2020].

2 Phillips, David L. (2017), *An Uncertain Ally: Turkey under Erdoğan's Dictatorship*, Routledge, Londres-Nova Iorque.

3 Cagaptay, Soner (2020), *Erdoğan's Dictatorship: Turkey and Politics of the Middle East*, I.B. Tauris, Londres-Nova Iorque.

Analisar, nos seus traços fundamentais, a política externa da Turquia desde o período em que Recep Tayyip Erdoğan chegou ao poder, é, assim, o primeiro grande objetivo deste artigo. Ao mesmo tempo, daí decorre um segundo importante objetivo que é avaliar em que medida a política externa turca – durante a já extensa permanência de Recep Tayyip Erdoğan no poder – está a afetar, e sob que formas específicas, o sistema de segurança euro-atlântico centrado na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla usual em língua inglesa). Tal como ocorre com outros assuntos internacionais, o estudo desta temática está condicionado por diferentes lentes teóricas – realismo; neorealismo; liberalismo; neoliberalismo; construtivismo; estudos críticos; feminismo; ou outras –, as quais refletem visões específicas do mundo⁴. Em termos de enquadramento nas grandes correntes das Relações Internacionais, esta análise vai estar mais ou menos próxima da visão do mundo neorrealista, usando, sobretudo, as suas lentes teórico-conceituais. A escolha teve em conta a adequação à investigação que se pretendeu aqui efetuar, nomeadamente a dimensão estratégica e de segurança subjacente ao tema abordado, onde a perspetiva realista e neorrealista têm tido – e continuam a ter – um enraizamento e contributos relevantes dados⁵. Numa área científica marcada pelo pluralismo teórico e metodológico, isso não significa que a temática investigada não possa ser analisada sob outras perspetivas teóricas, assentes em diferentes conceções epistemológicas e ontológicas. Mas essa seria uma outra abordagem provavelmente também com outros objetivos que não aqueles que aqui foram traçados. Como já referido, serão então aqui analisadas as transformações da política externa de um Estado, a Turquia, o que implica olhar não só para o mundo exterior como também para as suas transformações internas, de forma a detetar possíveis correlações. Será ainda analisada a questão da cooperação/competição/rivalidade entre Estados soberanos no sistema internacional, em particular da Turquia, dentro de uma aliança político-militar (a NATO). Para além da opção teórica apontada, agora em termos metodológicos, a escolha passou pelo recurso a uma metodologia de tipo qualitativo⁶ combinada com algumas das técnicas mais usuais adotadas nos estudos de

-
- 4 Dunne, T., Kurki, M. e Smith, Steve, eds., (2016), *International Relations Theories. Discipline and diversity*, 4th ed., Oxford, Oxford University; Burchill, Scott e Linklater, Andrew, eds., (2013), *Theories of International Relations*, 5.^a ed., Nova Iorque, Palgrave Macmillan; Moreira, Adriano (2016), *Teoria das Relações Internacionais*, 9.^a ed., Coimbra, Almedina; Fernandes, José Pedro Teixeira (2009), *Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.
- 5 Entre outros ver Mahnken, Thomas G. e Maiolo, Joseph, A., eds., *Strategic Studies: A Reader*, Routledge, Londres-Nova Iorque.
- 6 Sobre a metodologia qualitativa nas investigações em Relações Internacionais ver entre outros, Klotz, Audie e Prakash, Deepa, eds., (2008), *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan.
-

caso⁷ em Relações Internacionais. Envolveu assim uma recolha de dados assente numa pesquisa e análise documental sobre textos oficiais e declarações políticas relevantes para o caso investigado⁸, bem como uma pesquisa bibliográfica, ainda que relativamente seletiva, na literatura sobre o tema. Para efeitos de resposta às interrogações formuladas e aos objetivos indicados, o trabalho de investigação foi estruturado da seguinte forma: num primeiro ponto será passada em revista a política externa e de segurança da Turquia durante a Guerra Fria e sua dependência da NATO e do Ocidente; em seguida, são analisadas as mutações da política externa turca face ao ambiente geopolítico do pós-Guerra Fria; num terceiro ponto é abordada a era Erdoğan e a ambição da Turquia se transformar numa grande potência (neo-otomana) do século XXI; por fim, num quarto ponto, são analisadas divergências da Turquia com a NATO e a União Europeia, as quais tornaram os tradicionais aliados em parceiros desavindos, em grande parte devido às transformações do Médio Oriente após a chamada “Primavera Árabe” e aos diferentes interesses estratégicos que daí emergiram em questões vistas como críticas. A investigação termina formulando algumas conclusões e deixando pistas para possíveis investigações futuras.

1. A Dependência da Turquia Face à NATO no Contexto da Guerra Fria

Para avaliar corretamente as transformações da Turquia sob o comando Recep Tayyip Erdoğan é necessário olhar primeiro – ainda que de forma necessariamente abreviada –, para o seu posicionamento político-estratégico anterior, recuando à altura da formação do atual sistema de segurança e defesa euro-atlântico. Como é bem conhecido, este teve origem na política dos Estados Unidos da América (EUA) de *containment* (contenção) da antiga União Soviética. E teve também na formação da NATO, pelo Tratado de Washington⁹ de 4 de abril de 1949, uma peça fundamental. Quanto à Turquia, a sua adesão à NATO – tal como a da Grécia, ambas efetuadas no ano 1952 numa cimeira¹⁰ em Lisboa – in-

7 Lamont, Christopher K., (2017), *Case Study Methods in International Relations*, Oxford Bibliographies, 29 November, disponível em <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0225.xml> [acedido em 30 de outubro de 2020].

8 Importa aqui notar as limitações que inevitavelmente decorrem do não domínio da língua turca pelos autores desta investigação, apesar desta ser razoavelmente supérfluo pelo recurso à bibliografia e documentação publicada em língua inglesa e noutras línguas ocidentais.

9 NATO (2019), *The North Atlantic Treaty*, Washington, 4 April 1949, disponível em https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm [acedido em 03 de junho de 2020].

10 Marcos, Daniel (2010), “Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952”, *Relações Internacionais*, n.º 27, pp. 65-80, disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n27/n27a07.pdf> [acedido em 08 de junho de 2020].

sere-se nesse contexto. Durante a II Guerra Mundial e no pós-guerra uma disputa em torno da passagem nos estreitos do Bósforo e Dardanelos (re)emergiu entre a União Soviética e a Turquia. Várias tensões tinham ocorrido entre ambos os Estados durante a II Guerra Mundial devido à passagem de navios alemães e italianos nos estreitos.¹¹ Mas a pressão soviética não era apenas exercida em relação à navegação no Bósforo e Dardanelos – ou seja, sobre a passagem do Mar Negro para o Mediterrâneo e o inverso –, pois colocava ainda em causa o anteriormente estabelecido na Convenção de Montreux¹². Estaline reivindicou parte do território do Leste da Anatólia, sobre o qual a República Soviética da Geórgia teria direitos históricos, argumentando que teriam sido usurpados pelo Império Otomano/Turquia.

A pressão soviética do pós-II Guerra Mundial trouxe muito más memórias à Turquia. Mais do que qualquer outra grande potência europeia, a Rússia teve um papel maior no retrocesso¹³ do Império Otomano, especialmente nos territórios do Sudeste da Europa e do Cáucaso. A história desse período mostra inequivocamente que o Império Russo foi a principal ameaça militar ao Império Otomano – o “homem doente da Europa”¹⁴ – na memorável frase atribuída ao czar Nicolau I nas vésperas da Guerra da Crimeia (1853-1856). Por sua vez, o maior aliado tradicional do Império Otomano/Turquia para conter a ambição expansionista russa, ainda que problemático, foi o Império Britânico. Tendo em conta esse passado, a ambição de entrada da Turquia na NATO representava uma vontade de reforçar a antiga garantia de segurança britânica com a da nova superpotência norte-americana. Assim, a Turquia do pós-II Guerra Mundial, primeiro sob o comando de İsmet İnönü que tinha sucedido a Mustafa Kemal Atatürk em finais de 1938, e depois de Celâl Bayar (presidente da república) e Adnan Menderes (primeiro-ministro), procurou aliados nos EUA e na NATO contra o poderio russo/soviético.

Para além do medo da expansão União Soviética sobre o seu território – e da óbvia dificuldade da Turquia para enfrentar sozinha essa ameaça –, existiam outras circunstâncias políticas que explicam a proximidade (e dependência) face à NATO e

11 Hasanli, Jamil (2009), “The ‘Turkish crisis’ of the Cold War Period and the South Caucasian Republics. Part II: The Rise of Pro-American Sentiments in Turkey”, *Central Asia and the Caucasus* (English Edition), disponível em https://www.ca-c.org/c-g/2009/journal_eng/c-g-1/13.shtml [acedido em 13 de junho de 2020].

12 *Convention Concernant le Régime des Détroits* (1936), disponível em <https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/cadcgp.php> [acedido em 16 de junho de 2020].

13 Editors of *Encyclopaedia Britannica* (2014), “Russo-Turkish Wars”, *Encyclopaedia Britannica*, April 28, disponível em <https://www.britannica.com/topic/Russo-Turkish-wars> [acedido em 02 de junho de 2020].

14 Editors of *Encyclopaedia Britannica* (2014), “Russo-Turkish Wars”, *Encyclopaedia Britannica*, April 28, disponível em <https://www.britannica.com/topic/Russo-Turkish-wars> [acedido em 02 de junho de 2020].

ao Ocidente. Aqui destacam-se as más relações com os antigos súbditos imperiais/ coloniais otomanos das províncias árabes do Império Otomano – Síria, Iraque, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita, etc. – devido à “traição árabe” de 1916-1918¹⁵. Um outro aspeto relevante é que, mesmo nesse período de grande proximidade com a NATO e o Ocidente, a aliança político-militar nunca esteve totalmente isenta de tensões e de contradições. Os seus aliados ocidentais da NATO, sobretudo os europeus – França e Reino Unido –, são os mesmos que em 1919-1920 pretendiam retalar o território do Império Otomano na costa Mediterrânica (que seria atribuído à Grécia) e no Centro e Leste da Anatólia (para dois novos Estados independentes, um arménio, o outro curdo). Essa pretensão política ficou consagrada no Tratado de Sèvres (1919)¹⁶ que o Império Otomano/Turquia nunca ratificaram. O Estado fundado por Mustafa Kemal Atatürk em 1923 conseguiu afirmar o seu poder sobre a totalidade desse território após uma guerra vitoriosa sobre a Grécia – e uma deportação mútua de populações¹⁷ entre ambos –, conflito que teve ainda uma dimensão de guerra civil. Ironias da história, na época, para a vitória dos nacionalistas turcos de Mustafa Kemal Atatürk, foi decisivo o apoio dos bolcheviques russos em processo de fundação da União Soviética¹⁸ que viam no movimento nacionalista turco um aliado contra o imperialismo ocidental. Quanto à memória histórica do Tratado de Sèvres alimenta, ainda hoje, na Turquia, uma “fobia de Sèvres”, na qual alguns dos seus inimigos são os aliados da NATO.

O problema curdo¹⁹ da Turquia é talvez o exemplo mais revelador de todas essas contradições político-estratégicas. O conflito com a população curda que habita território turco esteve adormecido²⁰ nas décadas subsequentes ao final da II Guerra Mundial, mas (re)surgiu em 1984 com a revolta armada do Partiya Karkeran Kur-

15 Nessa altura o Império Otomano estava em guerra com a Entente franco-britânica e a Rússia na frente oriental da I Guerra Mundial, mas os súbditos árabes acabaram por aliar-se às tropas britânicas contra os exércitos otomanos.

16 *Traité de paix entre les Puissances alliées et associées et la Turquie* (1920), disponível em Digithèque de matériaux juridiques et politiques [website] <https://mjp.univ-perp.fr/traites/1920sevres.htm> [acedido em 12 de junho de 2020].

17 Fernandes, José Pedro Teixeira (2007), “O Fim do Império Otomano e a Troca de Populações entre a Grécia e a Turquia”, *História*, n.º 97, maio, pp. 36-41, disponível em Realpolitik <https://realpolitikmag.org/index.php/2015/06/05/o-fim-do-imperio-otomano-e-a-troca-de-populacoes-entre-a-grecia-e-a-turquia/> [acedido em 20 de junho de 2020].

18 Karaveli, Halil (2018), *Why Turkey is Authoritarian*, London, Pluto Press. Em especial o capítulo 1, “A Pattern of Violence”.

19 Sobre os curdos e o problema curdo da Turquia ver, entre outros: Çiçek, Cuma (2016), *The Kurds of Turkey: National, Religious and Economic Identities*, London-New York, I. B. Tauris; e, McDowall, David (2004), *A Modern History of the Kurds*, ed. rev., London-New York, I. B. Tauris.

20 Durante o período de Mustafa Kemal Atatürk (1923-1938), das 18 revoltas armadas que ocorreram contra o regime, 17 tiveram lugar no Sudeste da Anatólia e em 16 estiveram envolvidos grupos curdos. Na altura as revoltas eram contra as transformações radicais feitas por Atatürk, especialmente pelo afastamento do Islão da vida pública.

distan (PKK)²¹. Mas se a questão curda ficou no centro das preocupações de segurança da Turquia valeu-lhe, também, muitas críticas, sobretudo devido às graves violações de Direitos Humanos. Nessas críticas, os seus aliados ocidentais – em especial a União Europeia – têm tido um papel importante o que desagradou à Turquia. Após um período de relativa acalmia, a questão agravou-se nos últimos anos com a Guerra da Síria, contribuindo também para esse agravamento as incursões militares turcas do outro lado da fronteira, na zona dos curdos da Síria. Este é um conflito que, pelo seu impacto nas relações com os seus aliados europeus e norte-americano, analisaremos mais à frente.

2. A Geopolítica do Pós-Guerra Fria e a Gradual Transformação da Política Externa Turca

Em finais de Outubro de 1989 Turgut Özal²² – um político da direita conservadora-nacionalista do Anavatan Partisi – ANAP, Partido da Pátria – que tinha ocupado o cargo de primeiro-ministro –, foi eleito Presidente da República na Grande Assembleia Nacional da Turquia. Em termos de política externa, Turgut Özal manteve-se fundamentalmente alinhado com os EUA e a NATO. Exemplificativo desse alinhamento foi o apoio dado à grande coligação multinacional liderada pelos EUA contra o Iraque, durante a Guerra do Golfo de 1991, após Saddam Hussein ter anexoado o Kuwait. Mas, em paralelo, durante esse mesmo período, emergiram outras facetas da política externa turca até aí praticamente inexistentes. No Sudeste europeu (Balcãs), no Cáucaso e na Ásia Central a Turquia tentou aproveitar a profunda transformação geopolítica em curso – e o enfraquecimento do seu inimigo histórico, a União Soviética/Rússia – para projetar novamente a sua influência nessas zonas. As ligações históricas e culturais associadas a uma certa nostalgia do passado otomano, tornaram-se, subitamente, numa mais-valia estratégica. No caso do Balcãs, essas ligações derivam da multiseccular presença do Império Otomano no Sudeste europeu. A conexão mais óbvia são as diversas populações islamizadas pelos otomanos que existem um pouco por toda a região, especialmente na Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Albânia. Quanto à outra área onde a Turquia ambicionou projetar a sua influência foi, como já notado, a dos antigos territórios da União Soviética, do Cáucaso à Ásia Central. Aí a alteração do mapa político levou ao aparecimento de novos Estados independentes “turcófonos” – Azerbaijão, Turquemenistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão. Juntamente com a Turquia formaram um grupo informal conhecido como T5. A alteração geopolítica fez despontar, ainda que

21 O início da guerrilha do PKK ocorreu em 1984, na sequência da proibição pelo governo da Turquia da celebração do ano novo curdo/iraniano (o *Nevroz*), a 21 de março.

22 Presidency of the Republic of Turkey (2020), *Turgut Özal*, disponível em <https://www.tccb.gov.tr/turgut-ozal> [acedido em 05 de junho de 2020].

de forma inicialmente contida e prudente, um misto de ambições de otomanismo – onde o Islão é um veículo privilegiado face a povos que foram governados pelos otomanos – e de panturquismo²³ – explorando conexões étnicas com povos fora do Império Otomano/Turquia.

Importa sublinhar que essa reconfiguração da política externa foi, nos seus primórdios, efetuada de forma bastante cautelosa e pragmática, procurando preservar, simultaneamente, a tradicional orientação estratégica anterior. Por outras palavras, manteve uma ligação forte à NATO e deu continuidade às relações estratégicas privilegiadas com os EUA (e também com Israel). Sinal desses tempos, em 1996 foi assinado um acordo político-militar com Israel²⁴ apesar de, pela primeira vez na história da República da Turquia, um partido conservador-islamista, o Refah Partisi – Partido da Prosperidade ou Partido do Bem-Estar – de Necmettin Erbakan, conhecido pelas suas posições antijudaicas, ter chegado ao governo. Nessa época o *establishment* secular da Turquia detinha os mecanismos institucionais de poder, algo que nas décadas subsequentes se alterou drasticamente no plano interno projetando-se na (re)configuração da política externa.

3. A Era Erdoğan e o Regresso da Ambição de Grande Potência (Neo-Otomana)

Sem qualquer dúvida, Recep Tayyip Erdoğan é o político mais importante da República da Turquia desde a sua fundação por Mustafa Kemal Atatürk, sendo já qualificado como o “novo pai da Turquia”²⁵. Pelo menos em número de anos no poder – quer como primeiro-ministro, quer como presidente da república –, ultrapassou Atatürk. Desde a chegada ao poder em finais de 2002 que o seu partido, o Adalet ve Kalkınma Partisi – AKP, Partido da Justiça e do Desenvolvimento – marcou decisivamente a Turquia²⁶. Até aos fortes protestos ocorridos no Parque

23 Estas germinavam sobretudo no início do século XX, na fase terminal do Império Otomano. Na época, Enver Paxá era o líder dos Jovens Turcos e também o principal rosto dessa ambição política de reconstituir o Império Otomano/Turquia para Oriente. Chefiou o triunvirato dos Jovens Turcos que governou o Império Otomano durante a I Guerra Mundial. Morreu em 1922 quando combatia o Exército Vermelho no Uzbequistão, tentando sublevar as populações turco-muçulmanas para constituir um império pan-turco.

24 Fernandes, José Pedro Teixeira (2010), “A Política Externa da Turquia Face a Israel: O Regresso da Ambição Otomana”, *Nação e Defesa*, n.º 127, pp. 159-180, disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4724/1/NeD127_Jos%C3%A9PedroTeixeiraFernandes.pdf [acedido em 02 de junho de 2020].

25 Cheviron, Nicolas e Pérouse, Jean-François (2016), *Erdoğan: Nouveau Père de la Turquie?* Paris, François Bourin Editions.

26 Fernandes, José Pedro Teixeira (2013), “A contestação na Turquia em perspetiva: a era Erdogan revisitada”, *Público*, 12 de junho, disponível em <https://www.publico.pt/2013/06/12/jornal/a-contestacao-na-turquia-em-perspectiva-a-era-erdogan-revisitada-26671186> [acedido em 22 de junho de 2020]. Ver também David, Isabel e Pinto, Gabriela (2017), “The Gezi Protests and the Europeanization of the Turkish Public Sphere”, *Journal of Civil Society*, 13(3), pp. 307-322.

Gezi²⁷, em Istambul, durante o ano de 2013, Recep Tayyip Erdoğan e o AKP eram normalmente vistos de forma muito benigna. Na frente interna fez reformas vistas como aproximando a Turquia dos valores europeus da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. Não menos importante, obteve uma vitória diplomática ao conseguir a abertura de negociações de adesão à União Europeia, iniciadas em finais de 2005. Os seus anos de governo como primeiro-ministro, de 2003 a 2014, foram marcados por um grande crescimento económico. No plano externo, aumentou a influência política turca, especialmente nos países árabes-islâmicos. Com a chamada Primavera Árabe²⁸, em 2011, a Turquia parecia emergir como um modelo para as populações que, um pouco por todo o Mediterrâneo Sul e Oriental, derrubavam governos autoritários e aspiravam à democracia e à prosperidade económica. A sua combinação entre Islão e democracia parecia irresistível²⁹. Nessa mesma época, Ahmet Davutoğlu³⁰ era o influente ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, que impressionava a maioria dos europeus e ocidentais³¹. As suas ideias sobre o que deveria ser a política externa e a estratégia de afirmação internacional do Estado turco tinham sido delineadas em *Stratejik Derinlik: Türkiye'nin Uluslararası Konumu*³² – Profundidade Estratégica: a Posição Internacional da Turquia, 2001. Fundamentalmente, denotavam uma ambição de afirmação da Turquia como grande potência (regional). Levava mais longe mais longe as tendências já detetáveis em Turgut Özal, não só em termos geográficos – alargando-a a novas partes do mundo, como o Brasil e a África subsariana –, mas também em termos de diversificação (e distanciamento) face à política externa tradicional anterior. Emergiu, assim, uma nova ambição que é neo-

27 Amnesty International (2013), *Gezi Park Protests: Brutal Denial of The Right to Peaceful Assembly in Turkey*, 2 de outubro, disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/12000/eur440222013en.pdf> [acedido em 08 de junho de 2020].

28 Para uma cronologia dos acontecimentos da chamada 'Primavera Árabe' ver: History.com Editors (2018), "Arab Spring", disponível em [website] <https://www.history.com/topics/middle-east/arab-spring> [acedido em 02 de junho de 2020]. Sobre as revoltas no Mediterrâneo Sul e Oriental vistas pelos *media* ocidentais como uma 'Primavera Árabe' e a sua apropriação pelos grupos e partidos islamistas ver: Bradley, John R. (2012), *After the Arab Spring: How Islamists Hijacked The Middle East Revolts*, New York, St. Martin's Press.

29 Fernandes, José Pedro Teixeira (2010), "A Política Externa da Turquia Face a Israel: O Regresso da Ambição Otomana", *Nação e Defesa*, n.º 127, pp. 159-180, disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4724/1/NeD127_Jos%C3%A9PedroTeixeiraFernandes.pdf [acedido em 02 de junho de 2020].

30 Republic of Turkey / Ministry of Foreign Affairs (2020), *Prof. Dr. Mr. Ahmet Davutoğlu*, disponível em <http://www.mfa.gov.tr/ahmet-davutoglu.en.mfa> [acedido em 13 de junho de 2020].

31 Traub, James (2011), "Turkey's Rules", *The New York Times Magazine*, 20 de janeiro, disponível em <https://www.nytimes.com/2011/01/23/magazine/23davutoglu-t.html?pagewanted=all> [acedido em 21 de junho de 2020].

32 Davutoğlu, Ahmet (2001), *Stratejik Derinlik: Türkiye'nin Uluslararası Konumu*, İstanbul, Küre Yayınları.

otomana, mas também mais do que isso, por querer entrar em áreas fora da influência tradicional otomana/turca, deixando o país de ser um Estado periférico do Ocidente. Essa ambição passava por transformar a Turquia numa espécie de novo “centro do mundo” (islâmico) face ao Médio Oriente, aos Balcãs, ao Cáucaso e à Ásia Central, através de uma política de proximidade onde a economia, o comércio a influência cultural turca eram instrumentos privilegiados. Claro que se pode discutir se essa visão grandiosa de Ahmet Davutoğlu não era feita mais para consumo interno de um público turco nostálgico da grandiosidade do império perdido. Em qualquer caso, era uma visão que apontava essencialmente para a prossecução de uma abrangente estratégia de *soft power* (poder suave) no sentido que Joseph Nye Jr.³³ deu ao conceito.

A política externa turca dessa época, com o seu *slogan* de “zero problemas com os vizinhos”³⁴, impressionava bem a generalidade do mundo exterior. Todavia, essa imagem benigna passou, em relativamente pouco tempo, de “zero problemas a zero amigos”³⁵. Foram especialmente os acontecimentos da Primavera Árabe que fizeram implodir a (superficial) imagem benigna de um irresistível *soft power* turco, evidenciado, também, cruamente, as ambições, as limitações e as contradições estratégicas da sua política externa³⁶. Mas vários sinais estavam já presentes anteriormente. As situações de Israel, da Síria e do Irão mostravam já o problema. Vale a pena revê-los sucintamente. No caso de Israel, a Turquia cancelou em 2009 o usual convite dirigido a esse Estado para exercícios militares aéreos conjuntos, no qual participavam também os EUA e outros membros da NATO. Ao mesmo tempo, convidou a Síria de Bashar al-Assad para exercícios militares conjuntos, ainda que limitados, e anunciou a criação de um conselho de cooperação estratégica com esse país³⁷. Em relação ao Irão, em maio de 2010, a Turquia e o Brasil – que eram nessa altura membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas –, patrocinaram um acordo sobre o programa nuclear iraniano. Segundo Ahmet Davutoğlu e Recep Tayyip Erdoğan tal permitiria resolver a questão sem necessidade

33 Nye Jr., Joseph S. (2005), “Soft Power: The Means to Success In World Politics”, *PublicAffairs*, New York.

34 Republic of Turkey / Ministry of Foreign Affairs (2005), *Policy of Zero Problems with our Neighbors*, disponível em <http://www.mfa.gov.tr/ahmet-davutoglu.en.mfa> [acedido em 18 de junho de 2020].

35 Zalewski, Piotr (2013), “How Turkey Went From ‘Zero Problems’ to Zero Friends”, *Foreign Policy*, 22 de agosto, disponível em <https://foreignpolicy.com/2013/08/22/how-turkey-went-from-zero-problems-to-zero-friends/> [acedido em 22 de junho de 2020].

36 Sobre o que correu mal com a doutrina e política de “zero problemas” com os vizinhos ver também: Kibaroglu, Mustafa (2012), “What Went Wrong With The ‘Zero Problem With Neighbors’ Doctrine?”, *Turkish Policy Quarterly*, vol. 11, no. 3, pp. 85-93, disponível em <http://turkishpolicy.com/files/articlepdf/what-went-wrong-with-the-zero-problem-with-neighbors-doctrine-fall-2012-en.pdf> [acedido em 28 de junho de 2020].

37 Fernandes, José Pedro Teixeira (2010), “A Política Externa da Turquia Face a Israel: O Regresso da Ambição Otomana”, *Nação e Defesa*, n.º 127, p. 170, disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4724/1/NeD127_Jos%C3%A9PedroTeixeiraFernandes.pdf [acedido em 02 de junho de 2020].

de aplicação de mais sanções pelo Conselho de Segurança. Apesar de inconsequente, pois não foi validado pelo Conselho de Segurança, a atitude da Turquia foi reveladora da sua ambição e dos problemas estratégicos que daí resultavam. A iniciativa diplomática foi desenvolvida à margem dos seus aliados euro-atlânticos, para os quais essa era também uma questão de primeira grandeza³⁸. Assim, o desencadear da Primavera Árabe – especialmente a guerra civil na Síria³⁹, iniciada em 2011 para tentar afastar Bashar al-Assad do poder; e a revolta no Egito, que permitiu à Irmandade Muçulmana e a Mohamed Morsi chegarem ao poder governamental, sendo este último posteriormente deposto pelo exército em 2013, numa ação chefiada por Abdul Fatah al-Sisi –, obrigaram a Turquia a escolher campos. A Turquia posicionou-se ostensivamente no campo anti-Assad⁴⁰, na Síria, e pró-Irmandade Muçulmana/Mohammed Morsi⁴¹, no Egito. O resultado foi não apenas o colapso da política de “zero problemas com os vizinhos”, como tornar demasiado evidente uma ambição neo-otomana de poder associada a uma nova dimensão ideológica da política externa, com simpatias pró-islamistas.

Em termos histórico-políticos levanta-se aqui uma possibilidade de leitura mais abrangente das transformações ocorridas na Turquia, no Médio Oriente e Mediterrâneo Oriental, a qual vai para além dos acontecimentos da Primavera Árabe – uma designação cunhada por analogia com a Primavera dos Povos, as revoluções de 1848⁴² na Europa. Essa possível leitura é estarmos a assistir a um reemergir, ainda que sob outras formas, daquilo que na história diplomática europeia do século XIX e inícios do século XX se designava como a Questão do Oriente⁴³. Na realidade, é

38 Fernandes, José Pedro Teixeira (2010), “A Política Externa da Turquia Face a Israel: O Regresso da Ambição Otomana”, *Nação e Defesa*, n.º 127, pp. 170-171, disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4724/1/NeD127_Jos%C3%A9PedroTeixeiraFernandes.pdf [acedido em 02 de junho de 2020].

39 Council on Foreign Relations/Global Conflict Tracker (2020), *Civil War in Syria*, disponível em <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-syria> [acedido em 29 de junho de 2020].

40 Arsu, Sebnem (2011), “Turkish Premier Urges Assad to Quit in Syria”, *The New York Times*, 22 de novembro, disponível em <https://www.nytimes.com/2011/11/23/world/middleeast/turkish-leader-says-syrian-president-should-quit.html> [acedido em 05 de junho de 2020].

41 Republic of Turkey / Ministry of Foreign Affairs (2013), *Press Statement by H.E. Mr. Ahmet Davutoglu, Minister of Foreign Affairs of the Republic of Turkey on the Latest Developments in Egypt, 4 July 2013, Istanbul*, disponível em http://www.mfa.gov.tr/press-statement-by-h_e_-mr_-ahmet-davutoglu_-minister-of-foreign-affairs-of-the-republic-of-turkey-on-the-latest-developments-in-egypt_-4-july-2013_-istanbul.en.mfa [acedido em 09 de junho de 2020].

42 Editors of Encyclopædia Britannica (2020), “Revolutions of 1848”, *Encyclopædia Britannica*, May 12, disponível em <https://www.britannica.com/event/Revolutions-of-1848> [acedido em 21 de junho de 2020].

43 Foi um longo período histórico cheio de conflitos sangrentos cujos marcos convencionais são o tratado entre a Rússia e o Império Otomano de 1774, após a derrota deste último – Tratado de Küçük-Kajnardja, na atual Bulgária; e o Tratado de Lausana, na Suíça, em 1723, sobre a dissolução do Império Otomano e a emergência da Turquia moderna. Para uma panorâmica das sucessivas crises que marcaram a questão do Oriente ver: Macfie, A. L. (1996), *The Eastern Question 1774-1923*, 2 ed., London-New York, Routledge.

observável que hoje as áreas de maior turbulência geopolítica na proximidade Sul/Sudeste da União Europeia, ou até já no seu interior – caso dos Balcãs incluindo aí a Grécia e Chipre –, mas também a Síria, o Líbano, Iraque, Israel/Palestina e Líbia –, têm todas um ponto de contacto histórico-político comum: são territórios do antigo Império Otomano onde há sequelas significativas desse passado. A ser assim, estamos perante o que pode ser designado como uma nova Questão do Oriente⁴⁴. Esta não é agora marcada pelos problemas de um império territorialmente em retrocesso – o “homem doente da Europa”, como ocorreu no século XIX, mas de uma ambiciosa Turquia em ascensão em termos políticos, económicos e militares – e em processo de religação cultural e política ao seu passado islâmico-otomano.

Para além desta possível leitura histórico-política dos acontecimentos do presente, uma outra questão relevante que aqui se coloca é a de saber que influência concreta tiveram as transformações políticas internas da Turquia, ocorridas durante a era Erdoğan na (re)configuração da política externa⁴⁵. O seu partido – o AKP – foi durante muito tempo visto na Europa e Ocidente como uma espécie de partido democrata-islâmico, ou seja, uma normal força política conservadora de centro-direita que participava no jogo democrático liberal-pluralista. Na realidade, há uma outra leitura⁴⁶ que emerge da complexa história política do país, menos benigna e menos tranquilizadora. Está relacionada com as marcas deixadas pela forma autoritária como a República da Turquia foi construída nos anos 1920 e 1930 por Mustafa Kemal Atatürk e o seu círculo próximo – incluindo a curiosa figura de Latife Hanım⁴⁷, uma feminista *avant la lettre* –, através de múltiplas transformações culturais e políticas radicais para a época. Ganhou raízes nos setores da sociedade ligados ao funcionamento do Estado – o exército, os tribunais, as universidades públicas, a máquina burocrática-

44 Fernandes, José Pedro Teixeira (2020), “A nova ‘Questão do Oriente’: refugiados, gás natural e imperialismo neo-otomano”, *Público*, 8 de março, disponível em <https://www.publico.pt/2020/03/08/mundo/opiniao/nova-questao-oriente-refugiados-gas-natural-imperialismo-neootomano-1906860> [acedido em 23 de junho de 2020].

45 Na comunidade académico-científica portuguesa das Relações Internacionais a questão das transformações da Turquia e do seu impacto na geopolítica do Médio Oriente tem também suscitado algum interesse. Entre outros trabalhos, ver os de: Arena, Maria do Céu Pinto (2019), “A reconfiguração dos equilíbrios do poder no Médio Oriente”, em Pavia, José Francisco e Monteiro, Manuel, coord., *Estudos de Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora; e o de Kumru F. Toktamis e Isabel David, eds., (2018), “Critical Crossroads: Erdoğan and the Transformation of Turkey”, Special Issue *Mediterranean Quarterly*, 29(3).

46 Naturalmente que há ainda outras leituras possíveis. Numa perspetiva fundamentalmente marxista, uma outra curiosa leitura da história da Turquia – e também sobre o papel de Mustafa Kemal Atatürk – é feita por Karaveli, Halil (2018), *Why Turkey is Authoritarian*, London, Pluto Press.

47 Sobre Latife Hanım, que foi casada com Mustafa Kemal Atatürk entre 1923-1925 e o influenciou em várias medidas de emancipação feminina, ver: Çalıřlar, İpek (2013), *Madam Atatürk. A Biography*, trad. inglesa, London, Saqui Books.

-administrativa. Mas os seus valores nunca penetraram na massa populacional fora de grandes cidades, impregnada de valores islâmicos conservadores, sendo essa base mais sólida de apoio do AKP e a maioria da população. A roupagem democrática-liberal usada por Recep Tayyip Erdoğan nos seus primeiros tempos no poder foi-lhe muito útil. Tal como foi o processo de negociações de adesão à União Europeia, mas não exatamente da maneira que muitos europeus pensavam. Erdoğan atacou as formas de funcionamento instituídas no Estado turco por Atatürk e os seus continuadores, acusando-as de serem não democráticas. A crítica era certa pelo autoritarismo⁴⁸ que impregna o Estado desde a sua fundação – que entronca, por sua vez, no autoritarismo do Império Otomano –, mas essa nunca foi a história toda⁴⁹. É verdade que a aproximação à União Europeia permitiu a eliminação de disposições da Constituição de 1982⁵⁰ – e de legislação restritiva dos direitos políticos e religiosos – merecedoras de objeções democráticas. Mas esses dispositivos eram também alicerces do secularismo pelo que tais transformações teriam sempre um duplo resultado – democratização e dessecularização. Assim, as transformações internas terão sido mais uma democratização instrumental⁵¹ com vista à dessecularização do Estado e a abrir a porta ao autoritarismo conservador-religioso e pró-islamista.

A ser assim, explica também, pelo menos em parte, a (re)configuração da política externa da Turquia no Médio Oriente, abertamente pró-Irmandade Muçulmana⁵² e anti Abdul Fatah al-Sisi (Egipto)⁵³ e a vontade de afastamento de Bashar al-Assad (Síria) do poder. Quanto a este último caso, e para além das responsabilidades do

48 Sobre o autoritarismo que impregna o Estado turco e apresentando uma leitura interessante sobre as suas razões mais profundas, que entroncam também no passado otomano ver: Karaveli, Halil (2018), *Why Turkey is Authoritarian*, London, Pluto Press.

49 Cheviron, Nicolas e Pérouse, Jean-François (2016), *Erdoğan: Nouveau Père de la Turquie?* Paris, François Bourin Editions, em particular a 4.ª parte “Consolidation” e o capítulo 7 “Les oppositions neutralisées”.

50 A Constituição de 1982 foi resultado do golpe militar de 1980, sendo feita sob tutela militar, ainda que aprovada posteriormente por referendo. Já foi emendada 17 vezes, a última das quais em 2017, permitindo, entre outras modificações, ao reconfigurar a função presidencial, a continuidade no poder como presidente da república de Recep Tayyip Erdoğan. Ver também: The Grand National Assembly of Turkey (2019), *Sources of Parliamentary Law*, disponível em <https://global.tbmm.gov.tr/index.php/EN/yd/icerik/39> [acedido em 07 de junho de 2020].

51 Similar interpretação da ação política interna de Recep Tayyip Erdoğan foi efetuada em: Cheviron, Nicolas e Pérouse, Jean-François (2016), *Erdoğan: Nouveau Père de la Turquie?* Paris, François Bourin Editions.

52 Gurpinar, Bulut (2015), “Turkey and the Muslim Brotherhood: Crossing Roads in Syria”. *Eurasian Journal of Social Sciences*, 3(4), pp. 22-36, disponível em DOI: 10.15604/ejss.2015.03.04.003 [acedido em 17 de junho de 2020].

53 Bozkurt, Abdullah (2020), “Erdoğan government believed Muslim Brotherhood would make a huge comeback in Egypt in few years”, *Nordic Monitor*, 2 de abril, disponível em <https://www.nordicmonitor.com/2020/04/erdogan-government-believed-muslim-brotherhood-would-make-a-huge-comeback-in-egypt-in-few-years/> [acedido em 12 de junho de 2020].

próprio Bashar al-Assad na deterioração das relações entre ambos os países, existiu um cálculo estratégico da Turquia de ganhos em derrubar o Governo sírio. A chegada ao poder da maioria árabe sunita da população – na qual a Irmandade Muçulmana, que Erdoğan apoia, dispõe de significativa influência – instalaria um Estado amistoso subordinado à influência religioso-política da Turquia. Não é o que ocorre com Bashar al-Assad, que é oriundo da minoria alauita, próxima do xiismo e aberta à influência do Irão.

4. Aliados Desavindos: as Divergências da Turquia com a NATO e a União Europeia

A tentativa de golpe de Estado ocorrida de 15 para 16 de julho de 2016 na Turquia, ainda hoje pouco clara nos seus contornos, acelerou as tendências anteriores. A ação terá tido origem em divergências entre Recep Tayyip Erdoğan e os seus antigos aliados, afetos a Fethullah Gülen, tendo estes últimos tentado afastá-lo do poder pela força. O Movimento Gülen, com milhões de seguidores dentro e fora da Turquia, ocupava importantes posições, não só no ensino – a sua base de influência tradicional –, como em diversas áreas do Estado – forças de segurança, magistraturas, etc. –, foi em seguida alvo de uma purga e inúmeras perseguições⁵⁴.

Na política externa ocorreu uma viragem face à Guerra da Síria, emergindo uma surpreendente *entente cordiale* entre Recep Tayyip Erdoğan e Vladimir Putin. Este reposicionamento estratégico da Turquia foi provavelmente para Erdoğan o resultado de uma dupla frustração. A primeira ligada ao falhanço do seu objetivo inicial de afastar Bashar al-Assad do poder e ganhar uma influência decisiva na Síria, com a Rússia a mostrar-se um obstáculo intransponível a partir da sua intervenção militar em finais de 2015, ao lado das forças de Bashar al-Assad (e do Irão). A segunda frustração ligada aos aliados euro-atlânticos e à sua falta de vontade de envolvimento na Guerra da Síria, acrescida da constatação, após a tentativa falhada de golpe de Estado de 2016, de que não se importariam muito se tivesse sido afastado do poder. A crescer a isso, há ainda a recusa reiterada dos EUA de extraditarem⁵⁵ Fethullah Gülen, que vive em território norte-americano e que o governo da Turquia quer julgar nos seus tribunais. Se a clivagem da Turquia com os seus aliados se tornou muito visível a partir de 2016, durante o ano de 2019 e inícios de 2020 os desentendimentos acentuaram-se, especialmente devido à questão curda, agora em território da Síria. Ainda em 2018 a Turquia

54 Sobre a tentativa de golpe de Estado de 2016 e suas consequências na política e sociedade turcas ver: Christofis, Nikos, ed., (2019), *Erdoğan's 'New' Turkey: Attempted Coup d'état and the Acceleration of Political Crisis*, London-New York, Routledge.

55 “America rejects plans to extradite Gülen for US preacher held in Turkey”, *Middle East Eye*, 21 de julho de 2018, disponível em <https://www.middleeasteye.net/news/america-rejects-plans-extradite-gulen-us-preacher-held-turkey> [acedido em 07 de junho de 2020].

tinha já efetuado uma intervenção militar em Afrin⁵⁶ – a operação “ramo de oliveira” –, cujo objetivo seria expulsar dessa área, a noroeste de Aleppo, as forças curdas das Yekîneyên Parastina Gel – YPG, Unidades de Proteção Popular – qualificadas como uma ramificação “terrorista” do PKK turco. Para além disso, o outro objetivo seria combater os membros do Daesh – acrónimo árabe de Estado Islâmico do Iraque e do Levante – nessa região próxima da fronteira da Turquia. Uma análise atenta mostra, todavia, que o Daesh e outros grupos islamistas-jihadistas não são o maior problema da Turquia na Guerra da Síria. Pelo contrário, foram vistos, pelo menos até certo ponto, como taticamente úteis para travar uma guerra por procuração contra os curdos e o governo de Bashar al-Assad. A calculista inércia turca na altura do cerco de Kobani⁵⁷, em 2014 e 2015, quando o Daesh estava em expansão no Iraque e na Síria e massacrava indiscriminadamente as populações civis, não deixa grandes dúvidas. Evidenciou uma divergência profunda da Turquia face aos seus aliados euro-atlânticos que viam com simpatia a causa curda – com a sua ambição maior autonomia ou mesmo independência –, e procuraram apoiar, ainda que de forma limitada, os curdos na sua resistência contra o Daesh. Em outubro de 2019 ocorreu uma nova incursão militar das forças turcas e seus aliados no Norte da Síria, numa outra zona histórica de populações curdas. Esta nova operação militar, tal como a do ano anterior em Afrin, foi apresentada como uma operação de *peacekeeping* – a operação “fonte da paz” –, tendo como alvo a província síria de al-Raqqa, no Norte/Nordeste da Síria. A teórica operação de *peacekeeping* teve na realidade dois outros objetivos político-estratégicos⁵⁸. Um primeiro foi impedir a formação de um Estado curdo autónomo *de facto* encostado à sua fronteira Sul, onde as YPG curdas teriam necessariamente um papel importante. O segundo objetivo foi procurar uma solução para os problemas levantados pelos refugiados sírios na Turquia. Essas operações militares mostram uma obsessão turca com os curdos, dentro e fora das suas fronteiras. Em parte, a explicação é de natureza geopolítica. Como já referido anteriormente, na Turquia existe uma substancial população de etnia curda, a qual historicamente habita o Leste e Sudeste do país. Ao mesmo tempo, as populações curdas⁵⁹ têm continuidade nas zonas fronteiriças da Síria, Iraque e Irão. Há ainda, como já anteriormente referido, o antecedente da sublevação armada do PKK nos anos 1980, à

56 “Turkish forces and Free Syrian Army capture Afrin city”, *Al Jazeera*, 18 de março de 2018, disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2018/03/18/turkish-forces-and-free-syrian-army-capture-afrin-city/> [acedido em 09 de junho de 2020].

57 Cecire, Michael (2014), “Strategic Cynicism in Kobani”, *Carnegie Moscow Center*, 10 de outubro, disponível em <https://carnegie.ru/commentary/57075> [acedido em 02 de junho de 2020].

58 Erkmen, Serhat (2020), “Operation Peace Spring: Objectives, Current Situation and its Future”, *Discussion Paper (2)*, April 2020. Syria Transition Challenges Project, The Geneva Centre for Security Policy (GCSP), disponível em <https://dam.gcsp.ch/files/doc/discussion-paper-syria-transition-challenges-project-2> [acedido em 27 de junho de 2020].

59 Sobre os curdos da Síria ver: Allsopp, Harriet e Wilgenburg, Wladimir van (2019), *The Kurds of Northern Syria: Governance, Diversity and Conflicts*, London-New York, I. B. Tauris.

qual o exército turco respondeu com uma violenta repressão num conflito que provocou dezenas de milhares de vítimas e deixou muitas feridas sociais e políticas.

Mas Recep Tayyip Erdoğan faz mais do que ignorar as advertências dos seus aliados da NATO – em especial dos europeus – para não intervir militarmente. Num virulento discurso efetuado para os seus partidários ameaçou a União Europeia afirmando que “se tentarem descrever a nossa operação como uma invasão faremos o que é mais fácil para nós: abriremos as portas e enviaremos 3,6 milhões de refugiados”⁶⁰. Para além da questão curda e do problema dos refugiados da Guerra da Síria, um dos pontos mais delicados é a já referida aproximação, ainda que efetuada num jogo de conveniências tático, da Turquia à Rússia. Essa aproximação teve um novo desenvolvimento crítico durante o ano de 2019. A Turquia decidiu adquirir material militar sofisticado à Rússia – os mísseis antiaéreos S-400⁶¹ –, provavelmente mais do que para reforçar as suas defesas, como forma de manter a Rússia do seu lado no conflito da Síria, sinalizando que se poderia tornar um cliente da sua indústria de armamento. Também neste passo (muito) pouco compreensível para um membro da NATO, a Turquia ignorou as objeções dos EUA e dos seus aliados. Ao mesmo tempo, pretendia continuar a beneficiar do mais sofisticado material norte-americano, como os aviões Lockheed Martin F-35 Lightning II, acabando por ser afastada pelo Governo dos EUA desse programa militar-tecnológico⁶².

Apesar do “jogo duplo” da Turquia, a relação com a Rússia não é fácil, desde logo porque os objetivos estratégicos dos dois países só (muito) superficialmente convergem. A Turquia quer ganhar, o mais possível, influência na Síria à custa dos curdos e do Governo de Bashar al-Assad. A Rússia tem condescendido com a Turquia em incursões limitadas nas zonas fronteiriças, à custa dos curdos, mas está empenhada – tal como Irão – em manter Bashar al-Assad no poder e em que este volte a ter um controlo total do território sírio. Com a província do Idlib a tornar-se o último bastião territorial dos combatentes que procuravam derrubar Bashar al-Assad, alguns atuando sob proteção *de facto* turca, os riscos de colisão aumentaram. Um confronto⁶³, ainda que

60 “Turkey’s Erdogan threatens to send Syrian refugees to Europe”, *Reuters*, 10 de outubro de 2019, disponível em <https://www.reuters.com/article/us-syria-security-turkey-europe/turkeys-erdogan-threatens-to-send-syrian-refugees-to-europe-idUSKBN1WP1ED> [acedido em 24 de junho de 2020].

61 Kasapoglu, Can (2020), “Turkey’s Critical ‘S-400 Moment’ Has Arrived”, *Eurasia Daily Monitor*, 17(61), The Jamestown Foundation, 4 de maio, disponível em <https://jamestown.org/program/turkeys-critical-s-400-moment-has-arrived/> [acedido em 14 de junho de 2020].

62 Mehta, Aaron (2019), “Turkey officially kicked out of F-35 program, costing US half a billion dollars”, *Defense News*, 17 de julho, disponível em <https://www.defensenews.com/air/2019/07/17/turkey-officially-kicked-out-of-f-35-program/> [acedido em 08 de junho de 2020].

63 *Al Jazeera* (2020), “33 Turkish soldiers killed in Syrian air raid in Idlib”, 28 de fevereiro, disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2018/03/free-syrian-army-group-captures-afirin-city-180318081430817.html> [acedido em 24 de junho de 2020].

limitado, entre forças militares turcas e forças governamentais sírias, ocorreu em finais de fevereiro de 2020. A situação tornou-se perigosa pois, no pior cenário, há o risco de levar a um confronto militar direto entre a Turquia e a Rússia no território da Síria. Face a esse risco, a Turquia virou-se novamente para os seus aliados euro-atlânticos – pedindo uma reunião de emergência da NATO para analisar o assunto –, aparentemente reapreciando o valor da garantia⁶⁴ do artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte. Para além da Síria, agora na Líbia, as tensões da Turquia com os seus aliados tiveram um novo episódio em junho de 2020. Neste caso, foi com um navio da marinha francesa⁶⁵ que participava numa missão da NATO – a Operação *Sea Guardian*⁶⁶ – que terá sido objeto de uma ação agressiva por parte de fragatas turcas quando procurava controlar um navio cargueiro (também turco) suspeito de violar o embargo de armas com destino à Líbia, versão negada pela Turquia. Como resultado, a França pediu um inquérito à NATO e suspendeu a sua participação nessa operação⁶⁷. No cerne do conflito estão os apoios a fações opostas⁶⁸ da guerra na Líbia – o governo da unidade nacional de Fayed al-Sarraj, reconhecido pela ONU e apoiado política e militarmente pela Turquia, bem como pelo Qatar e pela Itália. No outro campo está o Exército Nacional da Líbia, nascido da fusão de várias tribos e grupos militares, chefiado pelo marechal Khalifa Haftar, apoiado pelo Egito, Emirados Árabes Unidos, Rússia e também pela França. Por último, a crescer a toda esta complexidade geopolítica está agora o gás natural. Há importantes reservas descobertas no subsolo marítimo do Mediterrâneo Oriental, ao largo das costas de Israel/Palestina, Egito, Líbano, Síria, Chipre e Turquia. A zona principal em exploração está entre Israel e Chipre e sua exploração está a ter impacto económico e geopolítico. Já provocou um realinhamento estratégico⁶⁹ entre Chipre, a Grécia e Israel, ao qual se junta ainda o Egito. No outro campo está a Tur-

64 NATO (2019), *The North Atlantic Treaty*, Washington D.C., 4 April 1949, disponível em https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm [acedido em 12 de junho de 2020].

65 Billion, Didier (2020), “Que révèlent les tensions franco-turques en Libye?”, *Institut de Relations Internationales et Stratégiques*, 19 de junho, disponível em <https://www.iris-france.org/147989-que-revelent-les-tensions-franco-turques-en-libye/> [acedido em 06 de junho de 2020].

66 NATO (2020), *Operation Sea Guardian*, disponível em <https://mc.nato.int/missions/operation-sea-guardian> [acedido em 24 de junho de 2020].

67 “La France suspend sa participation à une opération de l’OTAN en Méditerranée après des tensions avec la Turquie”, *Le Monde*, 1 de julho de 2020, disponível em https://www.lemonde.fr/international/article/2020/07/01/la-france-suspend-sa-participation-a-une-operation-de-l-otan-en-mediterranee-apres-des-tensions-avec-la-turquie_6044849_3210.html [acedido em 07 de junho de 2020].

68 Robinson, Kali (2010), “Who’s Who in Libya’s War?”, *Council on Foreign Relations*, 18 de junho, disponível em <https://www.cfr.org/in-brief/whos-who-libyas-war> [acedido em 02 de junho de 2020].

69 Aydıntaşbaş, Asli, et al. (2020), “Deep Sea rivals: Europe, Turkey and New Eastern Mediterranean conflict lines”, *European Council on Foreign Relations*, maio, disponível em https://www.ecfr.eu/special/eastern_med [acedido em 03 de junho de 2020].

quia, em disputa territorial com Chipre – ocupa militarmente a parte Norte da ilha desde 1974⁷⁰ – e agora reclama também, através do Estado por si criado – a República Turca de Chipre do Norte, sem reconhecimento internacional –, uma zona económica exclusiva⁷¹. Com algum interesse convergente com a Turquia está a Rússia. Pretende, o mais possível, continuar com o seu monopólio de abastecimento à Europa de Leste e Central, não estando interessada em novos fornecedores, nem em gasodutos pelo Sul da Europa e Mediterrâneo. O problema projeta-se no interior da própria União Europeia. Há dois Estados-membros (a Grécia e Chipre), ao qual se junta um terceiro, a Itália, a explorarem esse gás natural. E um Estado candidato à adesão – a Turquia – a tentar impedi-la, incluindo com recurso à pressão militar.

Conclusões

A análise anteriormente efetuada sugere a possibilidade de estarmos a assistir a um reemergir, ainda que sob outras formas, daquilo que na história diplomática europeia do século XIX se designava como a “Questão do Oriente”. Como anteriormente notado, hoje as áreas de maior turbulência geopolítica na proximidade do Sul/Sudeste da União Europeia têm um traço histórico-político comum: são territórios do antigo Império Otomano. A ser assim, estamos perante o que pode ser designado como uma nova Questão do Oriente. Agora não são os problemas de um império em retrocesso, como no século XIX, mas de uma ambiciosa Turquia em ascensão e em processo de religação cultural e política ao seu passado islâmico-otomano. As ambições neo-otomanas da Turquia atual, procurando reconstituir uma esfera de influência nos territórios perdidos do império, ligam-se de forma intrincada com a crise dos migrantes/refugiados da guerra na Síria e as descobertas de gás natural no Mediterrâneo Oriental. Mas esta leitura à luz do passado da Europa, nas suas relações com o Império Otomano/Turquia, necessita de aprofundamento pelo que fica aqui uma pista para investigação futura.

Uma outra faceta importante da transformação ocorrida na Turquia durante a era Erdoğan está ligada ao facto de as mudanças terem ocorrido em paralelo ao processo de adesão do país à União Europeia. Entre os vários efeitos que daí resultaram, as negociações de adesão levaram à eliminação de legislação restritiva dos direitos políticos e religiosos e outros direitos fundamentais na Turquia, o que trouxe uma melhoria democrática para o país. Por princípio, tais mudanças deveriam funcionar

70 Fernandes, José Pedro Teixeira (2008), *A Questão de Chipre: Implicações para a União Europeia e a Adesão da Turquia*, Coimbra, Almedina.

71 Sobre o conceito legal de Zona Económica Exclusiva (ZEE), ver: United Nations (2020), *United Nations Convention on the Law of the Sea*, disponível em https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/part6.htm [acedido em 08 de junho de 2020].

como mais um fator de aproximação aos seus aliados euro-atlânticos. Mas a Turquia é mais complexa do que muitos no Ocidente imaginam e tais transformações tiveram um duplo resultado – democratização e dessecularização. Uma leitura possível é que as modificações internas efetuadas por Recep Tayyip Erdoğan não foram usadas para uma genuína democratização da Turquia, como era a expectativa europeia, mas para uma democratização instrumental, com vista à dessecularização do Estado e a abrir caminho a um autoritarismo conservador-religioso. Seja como for, acabaram, na prática, por ter um efeito quase contrário – em vez de aproximarem, originaram atritos sobretudo com a União Europeia – o que se projetou na área da política externa. Aí emergiu uma nova ambição na Turquia que é neo-otomana, mas também mais do que isso, ao ambicionar chegar a áreas do mundo fora da influência tradicional otomana/turca, deixando a Turquia de ser um Estado periférico do Ocidente e do seu sistema de segurança euro-atlântico. A ambição levou a dar nova centralidade ao Médio Oriente, aos Balcãs, ao Cáucaso e à Ásia Central, através de uma política de proximidade onde a economia, o comércio e a influência cultural-religiosa eram privilegiados.

Quanto à imagem benigna de uma política externa neo-otomana de “zero problemas com os vizinhos” ruiu gradualmente após os acontecimentos da Primavera Árabe em 2011. A partir dessa altura a Turquia começou a colidir, por vezes de maneira ostensiva, como os seus aliados euro-atlânticos. A Guerra da Síria e a questão curda formam os acontecimentos que mais projetaram divergências e tensões no sistema de segurança euro-atlântico. A atitude da Turquia em 2014 – quando os islamistas-jihadistas do Daesh massacravam indiscriminadamente populações civis na Síria e cercaram a cidade de Kobani junto à sua fronteira –, ficando o exército turco a ver o que se passava, teve um enorme impacto negativo no Ocidente. A clivagem com os aliados euro-atlânticos acentuou-se após falhada tentativa de golpe de Estado de 2016. Nesse contexto, Recep Tayyip Erdoğan aproximou-se da Rússia de Vladimir Putin, que lhe frustrara o objetivo inicial de afastar Bashar al-Assad do poder. Com este volte-face, vingava-se da falta de vontade dos aliados euro-atlânticos de envolvimento na Guerra da Síria.

O conflito de objetivos de política externa entre a Turquia e os seu aliados euro-atlânticos acentuou-se, ainda mais, durante o ano de 2019 e inícios de 2020. O caso dos mísseis antiaéreos russos S-400 é bem exemplificativo do mal-estar instalado. Todavia, aspeto relevante, o retardamento da ativação desse sistema de defesa antiaéreo em mais de um ano – feito em cima das eleições presidenciais norte-americanas –, sugere um jogo estratégico calculado com a Rússia e os EUA/NATO, provavelmente para a Turquia se mostrar mais independente em matéria de defesa e/ou obter concessões políticas destes últimos.

Este “jogo duplo” que a Turquia tem efetuado com a NATO/EUA (e União Europeia) e com a Rússia é, sem dúvida, problemático para a segurança e defesa euro-

-atlântica. No entanto, é necessário ter também em conta que o pôr em causa da segurança euro-atlântica tem limites para a própria Turquia. Estes decorrem, desde logo, da sua posição de inferioridade face à Rússia. Como já notado, os objetivos estratégicos dos dois países só superficialmente convergem. Na Síria, a Turquia quer ganhar, o mais possível, influência à custa dos curdos e do Governo de Bashar al-Assad. A Rússia condescende com a Turquia em incursões limitadas nas zonas fronteiriças, à custa dos curdos. Todavia, está empenhada, tal como Irão, em manter Bashar al-Assad no poder e em que este volte a ter controlo do território sírio. No limite, este conflito de objetivos coloca a Turquia em colisão com a Rússia, cenário que não é meramente teórico como se viu em fevereiro de 2020 no Idlib.

Por último, importa reconhecer que a conflitualidade e belicosidade da Turquia face a alguns dos seus aliados euro-atlânticos – não é apenas o caso clássico da Grécia, país com o qual tem um bem conhecido contencioso histórico, nem do já antigo conflito de Chipre que não sendo membro da NATO, é membro da União Europeia – levanta muitas incógnitas sobre o seu valor efetivo como aliado político-militar. Paradoxalmente, hoje a situação da Turquia dentro da NATO começa a assemelhar-se demasiado à sua relação de fora, com a União Europeia, cheia de desentendimentos e atritos nas negociações de adesão. Há quinze anos a Turquia parecia ser um membro confiável de grande valor estratégico da NATO e também um futuro membro e mais-valia da União Europeia. Hoje, a hipótese da sua adesão à União Europeia parece mais remota do que nunca e há cada vez mais dúvidas, em muitos dos seus parceiros, sobre o que vale efetivamente na NATO como aliado político-militar. Mas é preciso também não esquecer que há uma mais-valia intrínseca estratégica da Turquia, a qual decorre, mesmo sem ter em conta outras dimensões da questão, da sua própria localização geográfica encostada ao Sudeste europeu e na intersecção com o Médio Oriente e o flanco Sul da Rússia. Para além disso, a Turquia não é assim tão poderosa para se emancipar facilmente da NATO e da própria União Europeia, sem ficar na dependência estratégica de outros – desde logo da Rússia. Se o fosse, eventualmente já teria seguido esse caminho. Mas ficar na dependência da Rússia é certamente algo que a Turquia também não quer, pelo elevado preço político e de segurança que teria de suportar. Assim, uma rotura com sistema de segurança euro-atlântico – ou a ideia extrema da sua expulsão, a qual nem sequer está prevista na NATO – é improvável no horizonte temporal discernível. Todavia, isso não significa que os aliados euro-atlânticos não se devam preparar estrategicamente para um cenário que, por analogia com o passado, designamos como a nova Questão do Oriente, marcado por crises e tensões políticas ligadas à nova Turquia da era Erdoğan. Mas esse é um tema que precisará de aprofundamento em investigações futuras.